

BRUNO MELLO SOUZA

A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA, OS PARTIDOS E A DEMOCRACIA: ESTUDO LONGITUDINAL ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2010

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Cultura política, comportamento e opinião pública** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

V Congresso da Compolítica- Curitiba- Maio de 2013

**A opinião pública brasileira, os partidos e a democracia: estudo longitudinal entre
os anos de 2002 e 2010**

Bruno Mello Souza (bolsista de Doutorado da CAPES)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br

A opinião pública brasileira, os partidos e a democracia: estudo longitudinal entre os anos de 2002 e 2010

Bruno Mello Souza¹

1. Introdução

Desde o final dos anos 1980, o Brasil tem experimentado significativos avanços no que diz respeito à consolidação da democracia no âmbito formal. As instituições democráticas brasileiras têm funcionado regularmente, de maneira duradoura e bastante significativa do ponto de vista poliárquico (DAHL, 1971). No entanto, existem grandes questionamentos acerca do estabelecimento da democracia do ponto de vista substantivo no país (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2007). De modo geral, tais questionamentos referem-se à necessidade de que uma democracia, para se estabelecer plenamente como tal, conte com a adesão da maior parte da população. As instituições políticas, assim, teriam importância fundamental no âmbito procedural, porém, não seriam suficientes para definir uma democracia, por uma ótica maximalista.

Nesse sentido, os partidos são as instituições por excelência de interlocução entre Estado e sociedade civil. Embora não sejam o único eixo institucional de relação entre as duas esferas, é através deles, também, que se torna possível a formulação e a canalização das demandas sociais junto aos poderes decisórios. Uma vez que esteja claro o papel protagônico dos partidos no estabelecimento de uma democracia, este estudo busca verificar, nos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010, através de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), de que maneira os cidadãos do país têm percebido o papel dos partidos no contexto brasileiro. Afinal de contas, quão fortes e consolidados estão os partidos políticos e a própria democracia no cenário brasileiro em termos de opinião pública? Além de uma análise geral destas percepções, este estudo busca examinar as diferenças de percepção, se é que elas existem, entre os simpatizantes dos dois partidos com maior apelo nos últimos anos no país, em termos de eleições presidenciais: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br

(PSDB). Será que os simpatizantes do PT, que tem sido o grande vencedor das últimas eleições, apresentam, ao longo do tempo, opiniões diferentes dos simpatizantes do PSDB, que têm saído derrotados das últimas disputas, em termos da importância e do papel da democracia e dos partidos políticos no país?

Inicialmente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica acerca da temática dos partidos políticos, seu desenvolvimento e papel dentro da democracia para, em seguida, analisarmos, na seção seguinte, os resultados encontrados através dados do ESEB em 2002, 2006 e 2010.

2. Teoria dos partidos políticos: desenvolvimentos e discussões sobre o tema

Existe uma vasta literatura que trata da temática dos partidos políticos. Uma vez que estas organizações se constituem como elementos de suma importância para a democracia do ponto de vista institucional, é uma consequência esperada que os partidos ocupem, até os dias de hoje, espaço de grande relevo nas discussões e debates na área da Ciência Política.

Duverger (1979), ao tratar da origem dos partidos políticos, chama atenção para o fato de que, em 1850, não existiam os partidos políticos, pelo menos não em seu sentido moderno; já em 1950, estas organizações encontravam-se funcionando na grande maioria das nações desenvolvidas, com as demais buscando, de uma forma ou de outra, acompanhá-las. Levando em consideração estes fatos, o autor estabelece um paralelo entre o desenvolvimento dos partidos políticos e a própria democracia, pautada pela extensão do voto e das prerrogativas parlamentares.

O autor encontra então, neste contexto, duas fontes ou origens principais dos partidos políticos modernos, quais sejam: origens exteriores e origens parlamentares. As origens exteriores referem-se a partidos surgidos a partir de instituições cuja atividade própria inicial se dá fora do sistema eleitoral. Sindicatos, cooperativas agrícolas, grupos profissionais e religiosos seriam exemplos desse tipo de instituição (DUVERGER, 1979). Surgem, daí, as diferenças entre dois modelos partidários encontrados pelo autor: partidos de quadros e partidos de massa (IDEM, 1979).

As diferenças entre estes partidos não são necessariamente de número, mas são, principalmente, diferenças de estrutura, recrutamento, adeptos e funcionamento. As características dos partidos de massa são: (1) centralização; (2) nascimento a partir da cúpula; (3) disciplina; (4) comitês e seções nascidos de um centro pré-existente; (5) menor influência dos parlamentares; (6) foco principal localizado fora da luta eleitoral; (7) educação política privilegiada; (8) financiamento desconcentrado; (9) mecanismo formal de adesão. Já os partidos de quadros, por sua vez, teriam as seguintes características: (1) base parlamentar; (2) criação do centro por comitês locais pré-existentes; (3) maior influência do grupo parlamentar; (4) importância fundamental da conquista de cadeiras no parlamento; (5) ação educativa como elemento secundário; (6) financiamento concentrado por pessoas ilustres e influentes; (7) importância da “qualidade” do adepto; (8) adesão pessoal, com base nas aptidões individuais (DUVERGER, 1979).

Dentro desta idéia de se fazer uma tipologia dos partidos políticos e seu desenvolvimento, temos a definição central de Kirchheimer (1972), acerca do que ele chama de partidos *catch-all*. Estes partidos são tipicamente surgidos em grandes democracias que possuem massas integradas. Nesse sentido, tais partidos surgem na busca de elaborar propostas amplas, não específicas, suficientemente genéricas com vistas a servir a todos. Os partidos *catch-all* caracterizam-se pela busca do consenso, e, uma vez no poder, pautam-se na idéia de coordenar as disputas de interesses no âmbito político. Além disso, estes partidos geralmente possuem lideranças muito fortes, personalizando a política, e membros individuais mais afastados, que só adquirem importância na época dos pleitos eleitorais (KIRCHHEIMER, 1972).

Angelo Panebianco (2005), por seu turno, trata do desenvolvimento mais recente dos partidos políticos, tratando de suas mudanças organizativas. A esteira seguida é a mesma dos autores anteriores, ou seja, os partidos vão, com o tempo, tornando-se instituições mais genéricas e eleitorais, representando menos interesses particulares dentro da sociedade. Inserida num panorama de vazio de identidades coletivas, então, ocorre uma crescente profissionalização dos partidos políticos, com uma progressiva

diferenciação entre burocratas e profissionais. Surge, daí, a diferença entre o partido profissional-eleitoral e o partido burocrático de massa (PANEBIANCO, 2005).

Katz e Mair (1997), ao analisar o fenômeno ao qual denominam de partidos cartéis, iniciam afirmando que o desenvolvimento partidário se assenta em três dimensões: sociedade civil, partidos e Estados. O que acontece, nesse sentido, com o tipo de partido analisado, é que este não estabelece laços para com a sociedade civil, conectando-se de forma permanente e sistemática com o Estado. Esse fenômeno se dá devido à regulação crescente exercida sobre os partidos, reduzindo de maneira significativa a flexibilidade das relações entre estes e a sociedade civil. Neste cenário, os partidos encontram-se, então, inseridos numa competição limitada, e passam a buscar benefícios provenientes da maquinaria estatal, diminuindo os padrões de competição. Krause, Michel Rebello e Gonçalves da Silva (2012), ao comparar partidos *catch all* e cartéis, constatam que uma diferença fundamental entre estes modelos reside no perfil de financiamento partidário: ao invés de depender de uma gama diversificada de fontes, a organização partidária de cartel centra-se principalmente em subvenções advindas do Estado. Relembrando Wolinetz (2002 *apud* KRAUSE, MICHEL REBELLO e GONÇALVES DA SILVA, 2012), os autores chamam a atenção para o fato de que estas tipologias seriam mais adequadamente tratadas se vislumbradas como elementos coexistentes em um mesmo momento histórico, estabelecendo convivência simultânea, com alguns buscando cargos, outros buscando políticas, e outros, ainda, buscando votos (KRAUSE, MICHEL REBELLO e GONÇALVES DA SILVA, 2012).

Ao nos aproximarmos do contexto latino-americano, notamos uma difícil conciliação dos partidos políticos em sua esfera institucional com a opinião pública no continente, resultado de um legado histórico deixado por estas organizações. Ao fazer este resgate histórico, Baquero (2000) busca as raízes do tema nos processos de independência e de estruturação inicial de um sistema partidário que inaugurou padrões de exclusão da maior parte da população da tomada de decisões na arena política. Nesse sentido, as nações emergidas das lutas de independência na América Latina não surgiram como entidades de consciência nacional, mas sim como aglomerados descaracterizados e fortemente divididos por motivos de ordem regional e com grupos

claramente identificáveis que reteriam o controle do processo político (BAQUERO, 2000).

A ausência de um progresso social substantivo na América Latina, assim, propiciou o surgimento de um cenário no qual a instabilidade política passou a ser a norma, de maneira independente dos partidos políticos (IDEM, 2000). Ocorre, assim, contrariando a teoria de Duverger, o desenvolvimento de uma gama importante de facções personalistas e também da presença constante dos caudilhos, aumentando a fragmentação política no continente. Tal cenário de instabilidade, fragmentação e caudilhismo, deu ensejo à proliferação de relações de cunho clientelista na região, que deixou legados até os dias atuais, com a persistência do personalismo, passando por períodos de forte populismo, nos quais o aparelho estatal é fortemente utilizado para fins eleitorais. Assim, mesmo com a modernização e atualização das instituições, o que o autor nota é a persistência de padrões de desigualdade social que desembocam na reprodução das relações personalistas e clientelistas no continente (BAQUERO, 2000).

Ao nos aproximarmos do caso brasileiro, notamos uma forte relação entre partidos e Estado (DE RIZ, 1986). O Estado, nesse contexto, foi a partir de onde, desde o século XIX, a sociedade foi se reaglutinando, encarregando-se de fixar as metas sociais, respaldado por uma forte elite política. Os partidos, então, surgiram posteriormente a uma estrutura estatal centralizada, e a política partidária de alcance nacional configurou-se como um fenômeno tardio (1945) e de curta vida neste primeiro momento, durando até 1964 (IDEM, 1986). Após o período autoritário, caracterizado pelo bipartidarismo, que perdurou até 1985, o Brasil então passou a se reestruturar do ponto de vista institucional e democrático, com a retomada dos pressupostos poliárquicos tais como eleições periódicas e livres, liberdade de expressão e de organização, dentre outros. Os partidos, então, se proliferaram em quantidade significativa, e foi se consolidando a democracia no seu âmbito procedimental.

A partir da Constituição de 1988, os partidos brasileiros adquiriram amplas liberdades, bem como autonomia organizativa e de funcionamento interno. Krause, Michel Rebello e Gonçalves da Silva (2012), ao analisar o perfil de financiamento dos partidos no país, constataram um afastamento destas organizações em relação aos

modelos de quadros e de massas: por um lado, uma democracia competitiva não admite mais, em termos práticos, partidos que se limitem ao financiamento de notáveis; por outro, a parcela de financiamentos provenientes da militância, dos membros e simpatizantes dos partidos brasileiros é ínfima, insignificante para a manutenção destas organizações. O modelo *catch all*, por sua vez, não pode ser desprezado neste contexto, uma vez que o financiamento por parte de empresas, sindicatos e associações comerciais junto aos partidos brasileiros se dá de maneira bastante significativa, principalmente nos anos eleitorais. O modelo que mais se sobressaiu na análise dos autores, entretanto, foi o modelo de cartel: os recursos derivados do Estado, por meio do Fundo Partidário estabelecido no país, têm tido um predomínio bastante forte. Entretanto, Krause, Michel Rebello e Gonçalves da Silva (2012) chamam a atenção para o fato de que tal cartelização, no contexto brasileiro, não se dá da maneira definida por Katz e Mair (1997): ao invés de diminuir a competitividade, o que tem ocorrido neste cenário é um aumento no equilíbrio da disputa entre as organizações partidárias, decorrente do financiamento estatal (KRAUSE, MICHEL REBELLO e GONÇALVES DA SILVA, 2012).

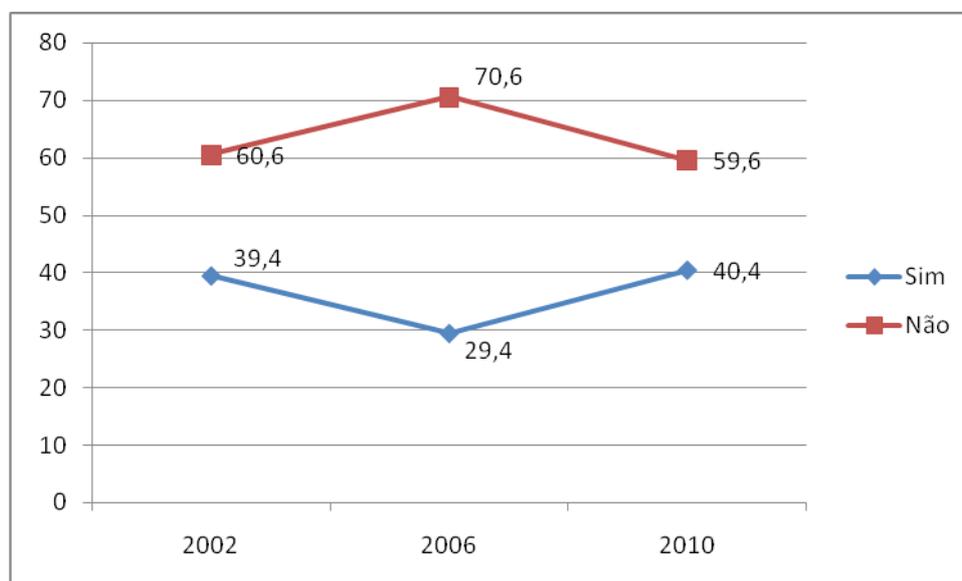
Assim, se temos uma consolidação importante dos partidos, uma maior competitividade entre os mesmos, e um conseqüente fortalecimento da democracia na esfera formal, resta a seguinte questão: e em termos de opinião pública, como tem se dado, se é que tem se dado, o processo de consolidação dos partidos e da democracia nos últimos anos? Existe, de fato, uma ampla adesão dos cidadãos brasileiros no que diz respeito a estas instituições, ou existe uma falta de sintonia entre a dimensão procedimental e as opiniões das pessoas acerca da democracia? São questões dessa ordem que se busca compreender na seção a seguir.

3. Opinião pública, partidos e democracia no Brasil (2002-2010)

A partir de agora, passamos a examinar a questão dos partidos e da democracia no Brasil através da opinião pública dos cidadãos do país acerca destes aspectos. Mais do que isso, busca-se verificar se os simpatizantes de PT e PSDB, os dois partidos que

têm polarizado as disputas presidenciais desde 1994, possuem predisposições diferentes em relação aos partidos e à democracia no Brasil, e como estas relações têm sido dadas entre os anos de 2002 e 2010, período no qual tem se consolidado uma hegemonia do PT nas eleições presidenciais. Esta análise é constituída por meio de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), realizados nos anos de eleições presidenciais desde 2002. O Gráfico 1 apresenta como tem se dado a relação dos brasileiros com os partidos políticos nos últimos anos, no sentido de terem, ou não, identificação com algum deles em termos de modo de pensar:

Gráfico 1- Existe algum partido que representa sua maneira de pensar? (%)



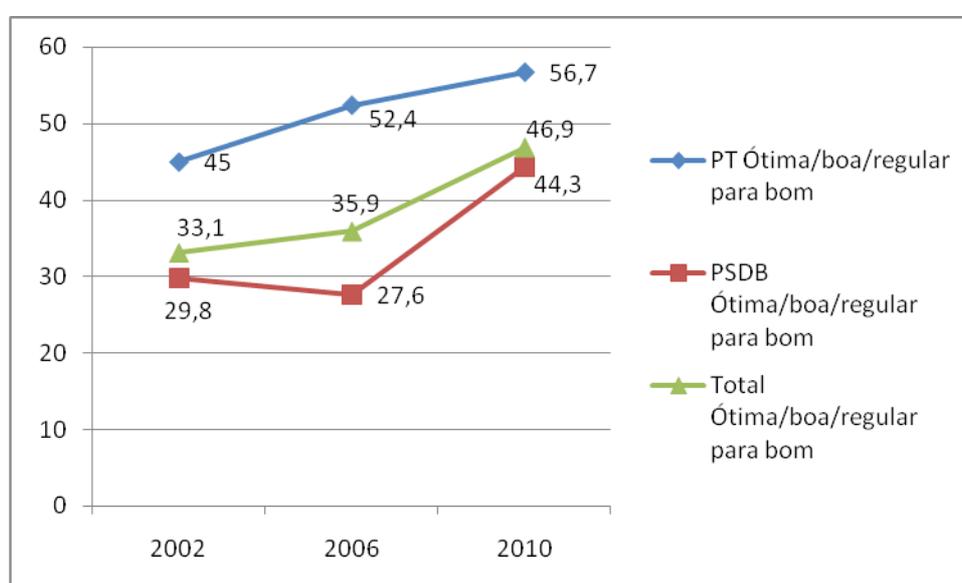
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

Pode-se notar que entre 2002 e 2010 tem sido dada uma tônica de relativamente baixa identificação dos entrevistados para com os partidos políticos. Em 2006 ocorreu o período de mais baixa identificação (29,4%), que voltou ao padrão de cerca de 40% em 2010. Os percentuais de identificação, apesar de não serem tão altos, no entanto, estão longe de ser desconsideráveis: ter 40% de pessoas identificadas com partidos, principalmente num cenário historicamente personalista e clientelista, minado por

diversos escândalos e casos de corrupção, como é o caso brasileiro, não deixa de ser um dado significativo. A partir disto, vamos examinar as predisposições dos cidadãos identificados com PT e PSDB em relação a alguns aspectos da democracia, e se eles se diferenciam do total de entrevistados em relação a estas variáveis. O Gráfico 2 compara a avaliação que os entrevistados fizeram dos partidos políticos entre os anos de 2002 e 2010:

Gráfico 2- Avaliação da atuação dos partidos (%)



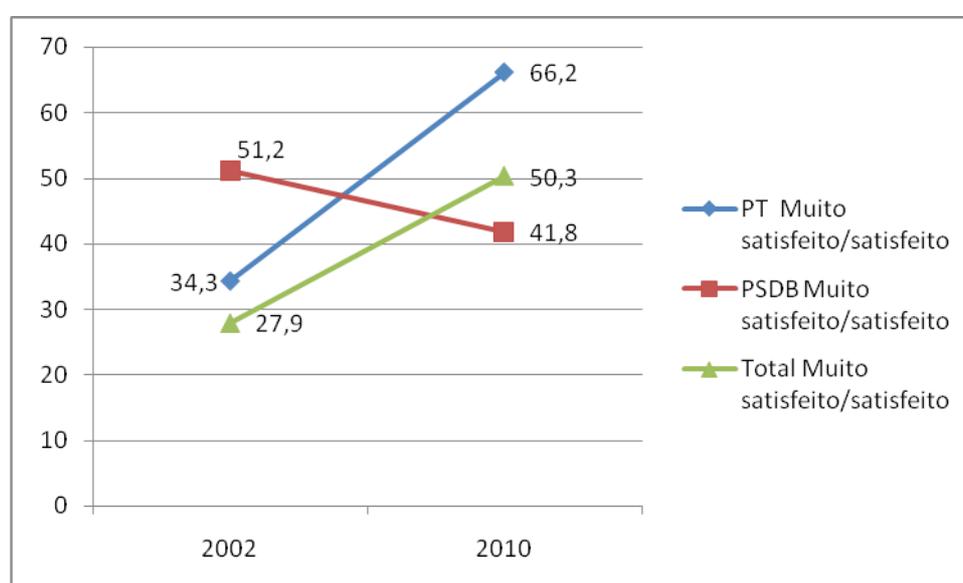
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

O gráfico acima mostra que a avaliação da atuação dos partidos políticos entre os brasileiros tem melhorado de maneira substancial nos últimos anos. O salto daqueles que fazem uma avaliação positiva destas organizações é bastante relevante, saindo de 33,1% em 2002 e chegando a praticamente 47% em 2010. Sujeitos identificados com o PT tenderam a fazer, ao longo dos anos, uma melhor avaliação dos partidos em relação ao total dos entrevistados, enquanto os entrevistados que afirmaram identificar-se com os tucanos apresentam percentuais inferiores nesse sentido, muito possivelmente pelo fato de seu partido estar longe do poder em nível nacional ao longo dos anos

verificados. Entretanto, tanto os cidadãos identificados com o PT como os identificados com o PSDB têm apresentado uma elevação na avaliação que fazem dos partidos políticos no país. Se por um lado existe um aumento nas avaliações positivas dos partidos políticos, por outro, como os cidadãos brasileiros têm se posicionado sobre sua satisfação com a democracia ao longo do período? É isto que o gráfico abaixo busca explicitar:

Gráfico 3- Satisfação com a democracia (%)



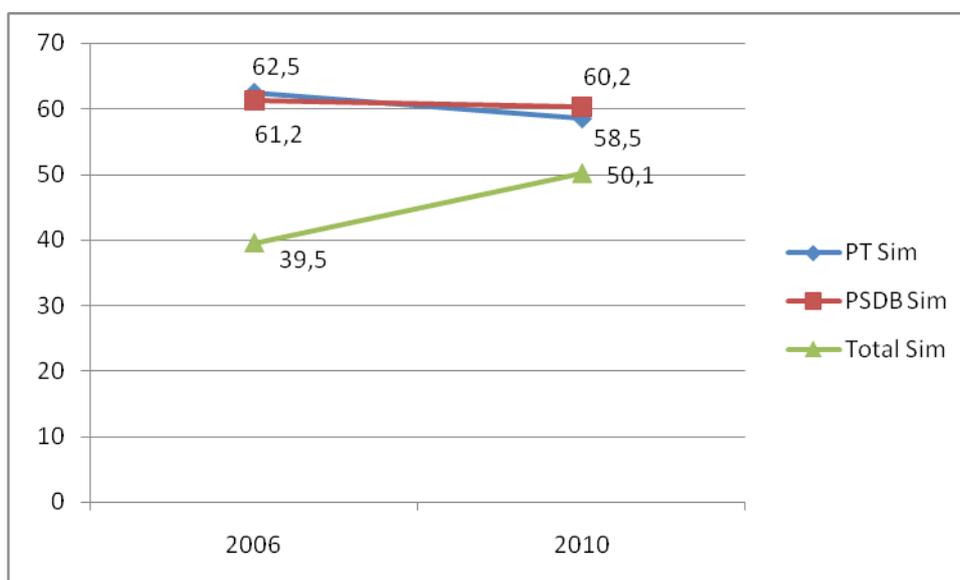
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

O total de entrevistados apresenta um aumento substancial em termos de satisfação para com a democracia: enquanto quase 28% afirmaram estar satisfeitos com a democracia em 2002, em 2010 este percentual praticamente foi dobrado, chegando a 50%. Entre os petistas, a satisfação com a democracia, talvez graças ao período do partido no poder, também elevou-se de maneira impressionante, saltando de 34,3% em 2002 para 66,2% em 2010. Os simpatizantes do PSDB, por sua vez, apresentaram declínio, possivelmente pela mesma razão da elevação da satisfação dos petistas, em termos de satisfação com a democracia: enquanto 51,2% afirmavam estar satisfeitos em

2002, no ano de 2010 este percentual caiu em praticamente 10 pontos. Por fim, verificamos como os entrevistados se comportam no que diz respeito à obrigatoriedade do voto. Será que a crescente satisfação com a democracia se reflete em uma maior predisposição a votar, mesmo que este ato não seja compulsório? É o que se examina com o Gráfico 3:

Gráfico 3- Votaria se não fosse obrigatório? (%)



n 2002= 618; n 2006= 1000; n 2010= 2000.

Fonte: ESEB.

O total dos entrevistados apresenta um aumento significativo na predisposição ao voto entre os anos de 2006 e 2010 (em 2002 esta questão não foi contemplada na pesquisa do ESEB). Enquanto em 2006 praticamente 40% dos entrevistados afirmavam que votariam mesmo se não fossem obrigados a isto, em 2010 este percentual subiu para 50%. Entre os sujeitos identificados com o PT e com o PSDB, os percentuais são bem semelhantes, e praticamente não apresentam variação no período. Cabe, porém, ressaltar que os simpatizantes dos dois principais partidos brasileiros da atualidade apresentam uma predisposição ao voto consideravelmente superior em relação ao total de cidadãos que responderam à entrevista. Assim, estes dados, ao encontro dos anteriores, mostram,

de maneira geral, um certo aumento na adesão dos brasileiros no que concerne à democracia. Dados estes subsídios empíricos sobre comportamento dos brasileiros em relação aos partidos e à democracia, na próxima seção são colocadas as considerações e apontamentos finais do presente estudo.

4. Considerações finais

Este artigo buscou discutir, ainda que brevemente, a questão dos partidos de uma forma bastante ampla e abrangente, examinando empiricamente como se configuram as opiniões dos brasileiros sobre a democracia e os partidos políticos ao longo dos últimos anos. Iniciou-se com uma revisão da teoria de partidos, com seus modelos respectivos e discussões, estabelecendo, então, uma aproximação com o caso da América Latina e, mais especificamente do Brasil. Assim, objetivou-se examinar se a consolidação das instituições brasileiras, dos partidos, e da democracia em termos de procedimentos, se refletiu numa consolidação da democracia e dos partidos políticos também do ponto de vista da opinião dos cidadãos.

No que diz respeito à identificação das idéias dos eleitores junto aos partidos políticos, os percentuais ora verificados apresentam percentuais relativamente baixos, de menos da metade dos entrevistados. Entretanto, num cenário como o brasileiro, ainda pautado por relações clientelistas, patrimonialistas e personalistas, deve-se ressaltar que tais percentuais estão longe de ser desprezíveis: em torno de 40% dos sujeitos manifestaram identificação com as organizações partidárias ao longo do período examinado.

Outra notícia que parece bastante promissora para a democracia brasileira em nível de opinião pública refere-se à avaliação da atuação dos partidos no país. Tanto os sujeitos identificados com o PT, como os identificados com o PSDB, como também o total de entrevistados, apresentaram importante elevação de avaliações positivas. Nesse sentido, os petistas avaliam os partidos de maneira ainda mais otimista do que o total da pesquisa, enquanto os simpatizantes do PSDB apresentam avaliação um pouco inferior ao total.

A satisfação com a democracia também apresenta importante elevação entre os brasileiros, com aqueles que se dizem satisfeitos praticamente dobrando seu percentual ao longo do tempo verificado. Seguindo esta mesma tendência, os sujeitos identificados com o PT também elevam sua satisfação de maneira muito forte e considerável, enquanto, na contramão, os sujeitos identificados com o PSDB, que em 2002 eram os mais satisfeitos com a democracia em comparação com os petistas e com o total de entrevistados, decaem o percentual de satisfação em cerca de 10 pontos.

Por fim, a predisposição ao voto, mesmo que este não fosse um ato compulsório, eleva-se de maneira bastante relevante nos últimos anos, ao passo que cidadãos identificados com os dois maiores partidos do país não mudam em praticamente nada estes percentuais, e apresentam-se mais dispostos ao voto do que o restante da população brasileira.

Assim, temos de uma forma geral indícios de que a democracia de partidos tem passado por um processo de importante amadurecimento e consolidação ao longo dos últimos anos no Brasil, mesmo em termos de opinião pública, com uma melhor avaliação dos partidos, uma maior satisfação com a democracia (que, no entanto não se aplica aos tucanos, possivelmente devido à sequência de derrotas eleitorais nos pleitos para a presidência da República ao longo do período examinado), e também um aumento da predisposição dos cidadãos ao voto, mesmo que este ato não fosse obrigatório.

Embora os dados aqui vislumbrados sejam um tanto auspiciosos e promissores para a consolidação da democracia no Brasil num sentido que ultrapasse os procedimentos e alcance uma adesão da população às instituições e mecanismos democráticos, evidentemente, as variáveis ora analisadas não esgotam as possibilidades analíticas acerca do tema. Estudos futuros podem explorar ainda outras características do eleitorado brasileiro, como por exemplo, as mudanças ou não, no perfil sócio-econômico dos eleitores de cada partido ao longo dos últimos anos, as suas relações com atitudes clientelistas, patrimonialistas e personalistas, além da própria sofisticação política do eleitor brasileiro, aspectos estes que são essenciais para que se faça uma

análise mais completa e detalhada do panorama atual da opinião pública do país acerca da democracia.

5. Referências bibliográficas

BAQUERO, M. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, M. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DE RIZ, L. Política y partidos: ejercicio de analisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico*, v. 25, n. 100. Enero-marzo 1986.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

KATZ, R. S.; MAIR, P. El partido cartel: la transformación de los modelos y de La democracia de partidos. *Zona Abierta*. 2004.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the Western European Party Systems. In: LA PALOMBARA, J.; WEINER, M. *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1972.

KRAUSE, S.; MICHEL REBELLO, M.; GONÇALVES DA SILVA, J. *O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2010): o que dizem as tipologias?* 2012. No prelo.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.